

PORTUGAL E BRASIL: A IMPRENSA LITERÁRIA E O INÍCIO DA IMPRENSA ILUSTRADA.Benedita de Cássia LIMA SANT'ANNA¹

Resumo: Neste artigo, refletimos sobre a imprensa portuguesa a partir de 1807 e sobre a imprensa brasileira a partir do ato real de 31 de maio de 1808, contextualizando o momento político, histórico e literário que propiciou o surgimento da imprensa literária nacional e o desenvolvimento da imprensa literária lusitana, bem como o aparecimento da imprensa ilustrada romântica, nos dois países.

Palavras-chave: imprensa romântica, periódicos literários, periódicos ilustrados

PORTUGAL AND BRAZIL: FROM LITERARY PRESS TO THE BEGINNING OF ILLUSTRATED PRESS

Abstract: This paper deals with reflections on the Portuguese press from 1807 on and on the Brazilian press from the enactment of the Royal Act on May 31, 1808, providing the political, historical and literary context which furthered the beginning of the national literary press and the development of the Portuguese literary press, as well as the emergence of the Romantic illustrated press in both countries.

Keywords: Romantic press, literary journals, illustrated journals.

A IMPRENSA PORTUGUESA A PARTIR DE 1807

Ao nos referirmos à palavra imprensa, particularmente, à imprensa literária e à imprensa ilustrada, não desejamos cingir-nos ao sentido original da palavra, que diz respeito à máquina de imprimir caracteres tipográficos em papel ou em qualquer outra matéria, mas ao seu emprego mais freqüente em nossos dias, como sinônima de jornalismo e imprensa periódica. Do mesmo modo, ao intitularmos este artigo de “Portugal e Brasil: a imprensa literária e o início da imprensa ilustrada”, temos como objetivo contextualizar o momento histórico, político e literário que propiciou o surgimento da imprensa ilustrada de língua portuguesa. Para tanto, iniciaremos o artigo com dados sobre a imprensa portuguesa a partir do final de 1807, período que marca a ocupação das forças francesas em Lisboa e que teve como consequência, a transferência da corte joanina para o Brasil, sob proteção inglesa. Segue-se um estudo sobre a imprensa brasileira a partir do ato real de 31 de maio de 1808.

É importante lembrar que as invasões francesas em Portugal estimularam o crescimento da imprensa noticiosa e política lusitana, imprensa essa que quase não existia no

país. “O único jornal desta natureza existente em Portugal quando das invasões era a *Gazeta de Lisboa*”².

Em 1808, após a saída da corte de D. João VI e da tomada de posse efetiva por parte dos invasores, a imprensa portuguesa entra numa nova fase. Uma fase politicamente aberta e de combate, a qual contrastava com a longa apatia em que estivera mergulhado o jornalismo lusitano.

A intensa vigilância exercida por Junot, que ocupara o poder em Lisboa durante a primeira invasão francesa, não conseguia intimidar a proliferação da literatura jornalística e panfletária clandestina, cujas páginas traziam opiniões diversas, mas unidas, porém, no ódio contra o invasor.

Além de publicações periódicas, surgem diversos pasquins³ e folhas volantes⁴: umas insultuosas, outras proféticas e até jocosas contra Junot. “Era a conseqüência do movimento libertador que engrossara no país a partir de abril e maio de 1808 e que se seguirá à expectativa geral e à adesão dos afrancesados nos primeiros tempos da dominação”⁵.

No ano de 1809, por ocasião da segunda invasão francesa, criaram-se 24 novos periódicos em Portugal, sendo quatro deles fundados em Lisboa, em um único dia, 1º de setembro. Essa proliferação de periódicos noticiosos no país é um índice bastante expressivo da efervescência dos ânimos e da necessidade de mobilizar a opinião pública, por intermédio da imprensa, fazendo crescer entre os portugueses o espírito de combatividade. Além disso, de acordo com a bibliografia consultada, tal proliferação só foi possível devido à relativa liberdade que os poderes públicos deram à imprensa.

Enquanto durou a guerra com a França, e nossos governantes precisavam de nossa energia e entusiasmo para que ela se concluísse a bem deles, e não a bem do povo, a imprensa, por assim dizer, foi livre em Portugal: então tudo se escrevia, todos escreviam e a todos era lícito revelar seus pensamentos.⁶

Em meio às várias publicações da imprensa lusitana, lançadas naquele período com o objetivo de defender as posições nacionais, encontramos *O Leal Português* (1808-1810), publicado no Porto; *A Minerva Lusitana* (1808-1811), publicada em Coimbra; o *Semanário Patriótico* (1808), a *Gazeta do Rossio* (1808-1809), *O Lagarde Português* (1808), *O Patriota ou Amigo da Independência de Portugal* (1809), *O Diário Lisbonense* (1809), *O Correio da Tarde* (1809), *A Abelha do Meio-Dia* (1809-1829), o *Novo Diário de Lisboa* (1809), o *Jornal de Lisboa* (1809), o *Mapa Político* (1809) e o *Mentor da Moda* (1809), publicados em Lisboa, dentre outros.

Boa parte dessas publicações era estritamente noticiosa e limitava-se quase sempre às notícias da guerra peninsular, “freqüentemente traduzidas de folhas espanholas e inglesas, “a publicar” artigos e comentários mais ou menos apaixonados contra os invasores”⁷.

Por outro lado, surgem também em Portugal, durante esse período, jornais e folhas panfletárias⁸ escritas pelos invasores. Diferentes das folhas impressas pelos portugueses, as redigidas pelos franceses circulavam livremente e até podiam ser afixadas em vias públicas.

Como era de se esperar, essa imprensa francesa editada em Portugal encontrou eco entre alguns portugueses. E,

se é certo que as camadas mais baixas da população rural, analfabetas, apavoradas sob a influência dos frades e padres e pelo temor de violência, surdas a todos os apelos, fugiam precipitadamente diante do invasor, não o é menos que em alguns centros muitos elementos da nobreza e da burguesia não permaneceram indiferentes aos papéis dos franceses.⁹

Os indivíduos pertencentes às classes altas portuguesas passaram a conviver intimamente com os invasores, em reuniões, bailes e jantares, e começaram a registrar-se no país manifestações favoráveis à dominação francesa. Tais manifestações se atribuem ao fato de os portugueses se sentirem órfãos de D. João IV. Conforme adverte A. H. de Oliveira Marques no *livro História de Portugal*, “os portugueses sentiam-se abandonados pelo seu monarca, queixavam-se da constante drenagem de dinheiro para o Brasil na forma de rendas e contribuições; lamentavam o declínio comercial e o permanente desequilíbrio do orçamento”¹⁰.

Além disso, segundo esse mesmo autor, a influência britânica no exército e na regência lusitana era motivo de ressentimento. Ressentimento este que encontra eco em textos publicados nas folhas jornalísticas portuguesas naquele momento.

Temendo a influência de tais textos, bem como a da própria imprensa jornalística, o governo lusitano começava a dar evidentes mostras de preocupação com a proliferação de órgãos jornalísticos. Prova disso é o ato restritivo de 1º de setembro de 1809, no qual o governo português, “com base na acusação feita pelo delegado apostólico de ter publicado notícias falsas a seu respeito”¹¹, proíbe a publicação do *Correio da Tarde* (1809).

Esse fato ocorreu exatamente no dia em que, como vimos, apareceram em Lisboa quatro novos jornais noticiosos, o que faz supor que a posição do governo vinha de encontro às aspirações da Junta da Imprensa Régia. Enquanto aquele ordenava o fim de uma publicação, bem como a suspensão de licença para impressão de novas publicações, a Junta, desobedecendo às ordens da corte portuguesa instalada no Brasil, autoriza a impressão naquele órgão do 2º número do *Lanterna Mágica* e do 3º número do *Suplemento ao Correio de Londres*.

Como era de se esperar, o governo português aqui instalado reage com severidade ao fato ocorrido em Portugal. Avisa a Mesa de Desembargo do Paço para ser mais vigilante com relação às licenças concedidas e ordena que esta tome as providências que julgar acertadas em relação à Imprensa Régia.

No decreto expedido em 21 de maio de 1810, a Mesa de Desembargo do Paço decreta a “extinção pura e simples das Juntas de Direção e Administração da Imprensa Régia”¹². Era o início de outra fase para a imprensa periodística portuguesa. Uma fase marcada pela volta das restrições e censuras.

Jornais como o *Correio da Península* (1810), de João Bernardo da Rocha Loureiro e Nuno Álvares Pereira Pato Monis, bem como a *Minerva Lisbonense ou Variedades Literárias e Políticas* (1813), de Caetano Alberto da Silva, tiveram suas licenças cassadas por introduzirem “levemente nos seus escritos o veneno da crítica que tem indisposto grandes nações”¹³.

A censura imposta aos jornais noticiosos acabou por reduzir significativamente as publicações portuguesas do gênero. No país em que, como vimos, surgiram 24 periódicos em um único ano, passaram a aparecer em média três novas publicações por ano, sendo que, de 1810 a 1819, surgiram apenas 32 do gênero.

Ressalte-se que tais publicações tiveram uma atuação mais cautelosa e discreta do que as anteriores (1809). Muitas delas, como o *Semanário de Instrução e Recreio* (1812-1813), de Lisboa, estavam igualmente voltadas para a literatura, arte, recreação e humor.

Na verdade, essa ampliação de assuntos por parte dos periódicos daquele momento contribui para uma modificação considerável no público. Mais dinâmicos e atentos aos assuntos nacionais, fazem crescer o público leitor dos jornais, por meio de textos amenos, o que, conseqüentemente, provoca também aumento nas suas tiragens.

Enquanto isso, em Londres, surgem publicações lusitanas com tendências liberais. Dentre estas, encontramos *O Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819), redigido pelos médicos Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguel Caetano de Castro; *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* (1814-1822 e 1823-1826), redigido por João Bernardo da Rocha Loureiro; *O Campeão Português ou O Amigo do Rei e do Povo* (1819-1821), redigido por José Liberato Freire de Carvalho, bem como um dos mais significativos periódicos publicados por portugueses no estrangeiro, os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (1818-1822), cujos redatores são Candido José Xavier e Francisco Solano Constâncio.

Segundo entendemos, essas publicações devem ter contribuído para a divulgação das idéias liberais que estimularam a Revolução de 1820¹⁴. Com o fim da revolução, organizam-se em dezembro do mesmo ano eleições para as Cortes, nas quais foi eleita “uma maioria burguesa de proprietários, comerciantes e burocratas que desde logo solicitou (...), a D. João VI, que regressasse a Portugal”¹⁵.

Depois de ter jurado as bases da futura Constituição redigida pelos liberais, D. João VI chega a Lisboa em julho de 1821. Dirigente natural de uma corrente de opinião conservadora e anticonstitucional, aceita a princípio tudo o que as Cortes e os governos lhe foram impondo, inclusive a liberdade de imprensa e a extinção da Inquisição.

Mas em razão da restauração do absolutismo em maio de 1823, D. João VI decreta a dissolução das Cortes e, em janeiro de 1824, revoga a Carta Constitucional elaborada em 1822 e, conseqüentemente, a liberdade por ela concedida à imprensa portuguesa. Temendo as influências desta na opinião pública, instaura-se forte censura na imprensa.

A liberdade da imprensa lusitana só voltaria a ser parcialmente restabelecida após o falecimento do rei e por intermédio da Carta Constitucional outorgada em 29 de Abril de 1826, a qual, banindo a censura prévia, determina:

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de Censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar.¹⁶

Essa liberdade que a Carta Constitucional de 1826 outorga à imprensa lusitana foi bastante efêmera, tendo em vista que três meses depois, por Decreto de 18 de agosto do ano citado, são adotadas as instruções, redigidas por Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, destinadas a reprimir os abusos dos jornais. Tais instruções acabam anulando, por intermédio de numerosas proibições, as regalias concedidas pela Carta Constitucional.

Importa ressaltar que, nos três meses anteriores ao citado Decreto, houve em Portugal um novo surto de publicações periódicas, dentre elas *O Português* (1826), uma espécie de diário político, literário e comercial, impresso em Lisboa e vendido para 1500 assinantes, por 60 réis o número.

Com a ascensão de D. Miguel ao trono, em 1828, a censura imposta às publicações periódicas passa a ser ainda mais severa do que a estabelecida pelo Decreto de 18 de agosto de 1826. As ordens restritivas do rei são controladas de dentro do palácio pela Mesa de Desembargo do Paço:

Após a aclamação de D. Miguel como rei absoluto, é publicado o Decreto de 16 de Agosto de 1828, abolindo a Comissão de Censura e passando outra vez este importante objetivo para a Mesa do Desembargo do Paço, a que pertencia, consultando censores probos e que unam à sua Literatura a melhor Moral e Religião e exemplares costumes.¹⁷

A situação da imprensa portuguesa regressa, então, às mesmas condições impostas a ela nos anos anteriores a 1820: o absolutismo do rei controlava tudo o que se imprimia no reino. As publicações jornalísticas passam a ser estritamente vigiadas, os temas desenvolvidos pelos jornalistas são limitados e, aos indivíduos que ousam infringir as leis de censura, aplicam-se penas severas.

Esse fato desestimulou a imprensa portuguesa em geral, “ficando a cargo dos emigrados, principalmente dos que se encontravam em Londres, a maior parte da atividade jornalística”¹⁸. Enquanto isso, em Portugal surgem publicações como *A Besta Esfolada*, publicada em Lisboa a partir de 1828; *O Desengano* (1830), cujo redator é o padre José Agostinho; *A Contra Mina* (1830), do frei Fortunato de S. Boaventura; e *Defesa de Portugal* (1831), tendo o padre Alvíto Buéla Pereira na redação, dentre outras, que defendem com entusiasmo as atividades absolutistas de D. Miguel.

Nota-se que, devido à pressão e à opressão, só se publicavam no país jornais favoráveis ao regime absolutista do rei, ficando sob a responsabilidade de publicações portuguesas no estrangeiro, como *O Padre Malagrida* (Plymouth e Paris, out. 1828-abr. 1829), *O Fulminante* (Londres, 1829), *O Correio dos Açores* (Londres, jun.-out. 1830), *O Pelourinho* (Londres, 1831-1832), o *Correio dos Portugueses Emigrados* (Londres, set. 1831) e *O Português Constitucional em Londres* (mar.-jun.1832), fazer oposição a D. Miguel. Por serem impressas fora do domínio português, não estavam sujeitas às restrições e censuras impostas pela Mesa de Desembargo do Paço. Importa ainda ressaltar que o número de periódicos portugueses no estrangeiro foi se intensificando no decorrer dos anos.

Em 1831, D. Pedro IV (no Brasil, D. Pedro I) abdica do trono brasileiro e parte para a Inglaterra e a França, onde organiza uma expedição militar com o propósito de libertar Portugal do jugo absolutista. Em junho do ano seguinte, parte para Portugal com os seus, o que acaba “por gerar os trágicos episódios da guerra civil, findos em maio de 1834, com a Convenção de Évora Monte e a definitiva vitória das forças liberais”¹⁹.

Com a morte de D. Pedro IV, em 24 de setembro de 1834, a coroa portuguesa é passada para sua filha D. Maria II. Só então entraria em vigor, em 22 de dezembro daquele mesmo ano, a lei de liberdade de imprensa, escrita há quase quatorze anos pelos vintistas. Esse fato permite o surgimento da imprensa de opinião e serve como estímulo a todos os outros gêneros de jornalismo, entre eles o periodismo das ilustrações, registrando-se uma redução no número de periódicos portugueses impressos fora de Portugal. Segundo entendemos, tal redução deve-se ao fato de essas publicações terem alcançado seus objetivos: a restauração da liberdade de imprensa, bem como a vitória das forças liberais. Além disso, com a derrota definitiva dos absolutistas, não havia mais motivos para que os exilados liberais fizessem oposição ao governo, nem mesmo para permanecerem exilados.

Ainda em 1834, a imprensa portuguesa se fortalece: surgem em solo português 7 novos periódicos; no ano seguinte (1835), aparecem no país 54 novas publicações e, em 1836, mais 67 jornais. Convém dizer que boa parte dessas publicações era passageira, iniciavam suas atividades e as encerravam logo em seguida, mas havia outra parte, por sua vez, que permanecia em atividade por mais tempo.

Pertenciam a essa última parte os jornais de caráter ilustrativo, que se propunham a promover o progresso e o aperfeiçoamento do ensino, das letras, das ciências, das artes e da indústria. Para tanto, contavam com o apoio do governo e não sofriam com as repressões impostas por ele aos demais tipos de imprensa.

Em portaria de 25 de setembro de 1835, o próprio governo português autoriza e recomenda o estabelecimento e a publicação, no país, de jornais mensais que tendessem a desenvolver os diferentes ramos de instrução.

De acordo com Ernesto José Rodrigues, autor de *Mágico folhetim: literatura e jornalismo em Portugal* (Lisboa-1998), os anos de 1836 a 1840, posteriores, portanto, à Portaria foram de afirmação da imprensa em Portugal. O volume de publicações cresce substancialmente tanto em número quanto em quantidade de páginas e qualidade de textos impressos²⁰.

Para nós, nesse período, a imprensa periódica lusitana – que teve início com a publicação das chamadas *Gazetas de Restauração* em 1641²¹ –, confirma-se definitivamente como órgão divulgador de conhecimento e de informações diversas. Além disso, em razão da grande profusão de publicações, a imprensa especializada daquele momento passa a ter lugar garantido no cenário literário da época. "Periódicos voltados exclusivamente para determinados setores sociais ou para gostos específicos procuraram e encontraram o seu público"²².

A época é, pois, favorável às publicações periódicas literárias e de ilustração, que, por serem consideradas didáticas, não eram atingidas pelas restrições cartistas, impostas ao jornalismo de opinião. O próprio governo português contava com o auxílio daquelas publicações para promover as reformas do ensino elementar, bem como para complementar a educação básica do cidadão lusitano.

Durante o período citado, o jornalismo literário e de ilustração português passa a receber algum estímulo por parte das autoridades, com o compromisso velado de não abordar assuntos de natureza política. O mesmo pode ter ocorrido com a imprensa periódica literária e ilustrada publicada no Brasil.

A IMPRENSA BRASILEIRA A PARTIR DO ATO REAL DE 31 DE MAIO DE 1808

A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil – e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial – com o advento da Corte de D. João [VI]. Antônio de Araújo, futuro conde da Barca, na confusão da fuga, mandara colocar no porão da *Medusa* o material gráfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado. Aportando ao Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa, à rua dos Barbonos.

Nelson Werneck Sodré

Assim que o material gráfico trazido de Portugal foi montado na residência de Antônio de Araújo, D. João VI decreta, por intermédio do ato real de 31 de maio, que, atendendo à necessidade de oficina de impressão no reino, ficava estabelecido que a casa onde se havia montado o material serviria inteiramente de Impressão Régia, “onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço, ficando inteiramente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria”²³.

Na data citada, D. João VI não apenas reconhece e oficializa a atividade gráfica no Brasil, mas, em razão das restrições impostas à imprensa lusitana durante o período que antecedeu a vinda da Corte para o nosso país, instaura normas rígidas para regularizar a atividade da imprensa brasileira.

Dentre as normas por ele estabelecidas estava a criação de uma junta responsável pelo exame dos papéis e livros enviados para serem publicados na Imprensa Régia. Era a censura. Temendo que se imprimissem textos contra a religião, o governo e os “bons costumes”, nada se imprimia no Brasil sem o exame prévio do frei Antônio de Arrábida, do padre João Manzoni, Carvalho e Melo, bem como de José da Silva Lisboa, todos censores reais.

Em 10 de setembro de 1808, a Imprensa Régia lança a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal publicado no país, impresso mais ou menos nos moldes da *Gazeta de Lisboa*.

Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão-somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas in 4.^o, poucas vezes mais, semanal de início, trissemanal, depois, custando a assinatura semestral 3\$800, e 80 réis o número avulso, encontrado na loja de Paul Martin Filho, Mercador de Livros.²⁴

Dirigida pelo frei Tibúrcio José da Rocha, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era um jornal oficial, impresso por um órgão oficial. Suas páginas traziam, além de notícias dos dias natalícios da família reinante, informações sobre o estado de saúde de todos os príncipes da Europa. Segundo Nelson Werneck Sodré, esse jornal não constituía atrativo para o público, nem era essa a preocupação dos seus redatores.

Talvez por esse motivo, Hipólito José da Costa, em seu jornal²⁵, lastima que se consumisse papel de tão boa qualidade para imprimir tão ruim matéria como a que era impressa pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. Provavelmente, a opinião de Hipólito teve grande repercussão, uma vez que o *Correio Brasiliense* era lido largamente em Londres pelos portugueses que ali residiam e, aqui no Brasil, por toda a classe letrada.

Segundo entendemos, ao expor pontos de vista como esse, o jornalista brasileiro desagradava a corte joanina e, em decorrência desse fato e de outros nos quais o *Correio Brasiliense* influiu na opinião pública, a corte do Rio de Janeiro proibiu a entrada do jornal no Brasil:

(...) a corte do Rio de Janeiro tomou as providências usuais: já a 27 de março de 1809, o conde de Linhares determinava ao juiz da Alfândega, José Ribeiro Freire, a apreensão de material impresso no exterior, contendo críticas ao governo.²⁶

Dois anos e meio depois, mais precisamente em 11 de setembro de 1811, a corte também determinou aos governadores lusitanos a proibição da entrada do jornal de Hipólito José da Costa em Portugal. Mas, após a Revolução do Porto, o jornal passa a circular livre de restrições tanto em Portugal como no Brasil.

O que ocorre é que a imprensa brasileira da época se desenvolvia muito lentamente, não só porque havia sido recém-implantada, mas também em razão das condições políticas e econômicas do país. Em países em que o capitalismo se desenvolvia a passos largos a imprensa também prosperava.

Entre nós, a época era propícia apenas aos periódicos oriundos da imprensa áulica. Acreditamos que, por esse motivo, o jornal *Idade de Ouro do Brasil* (1811-1823), segundo jornal publicado em nosso país, logo que saiu do prelo, em 14 de maio de 1811, tornou-se órgão oficial do governo.

O jornal baiano tinha o formato in 4.º, quatro páginas, circulava às terças e sextas-feiras, ao preço de 60 reis o exemplar e 8\$000 a assinatura anual. Impresso na oficina de Manuel Antônio da Silva Serva, “a única tipografia então existente na cidade de Salvador”²⁷, o jornal tinha o compromisso com a verdade; no entanto, não demonstrou nenhum respeito por ela; obedeceu às injunções severamente traçadas pelas autoridades.

No ano seguinte, publica-se na mesma tipografia o jornal *As Variedades ou Ensaios de Literatura*. Dele tiraram-se dois números: o primeiro, no início de fevereiro e o segundo, duplo, nos fins de julho de 1812. O jornal *As Variedades ou Ensaios de Literatura* propunha-se a divulgar discursos, extratos de história antiga e moderna, viagens, trechos de autores clássicos, anedotas, etc. “Foi a primeira publicação literária feita no Brasil, pois *O Patriota*, jornal literário, político e mercantil do Rio de Janeiro, que goza deste título, só apareceu em janeiro do ano seguinte”²⁸.

Fundado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que, posteriormente, sucedera o frei Tibúrcio na redação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota* foi publicado de janeiro de 1813 a dezembro de 1814. Durante o primeiro ano, foi mensal, depois passou a bimestral. A assinatura semestral custava, em 1813, 4\$000 réis. Em 1814, passou para 6\$000 réis. Do mesmo modo, o número avulso d’*O Patriota*, que durante o ano de 1813 custava 800 réis, teve um acréscimo, em 1814, e passou a custar 1.200 réis.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, *O Patriota, As Variedades ou Ensaios de Literatura, Idade de Ouro do Brasil*, bem como a *Gazeta do Rio de Janeiro* não foram os únicos exemplares da imprensa áulica que o governo joanino forjou ou amparou:

Pela necessidade de enfrentar e neutralizar a ação do *Correio Brasiliense* [o governo joanino] estimulou algumas tentativas de periodismo, começando pelos folhetos de tipo panfletário e completando-se logo depois, com órgãos específicos do jornalismo.²⁹

As Reflexões sobre o Correio Brasiliense (1809), redigidas por frei Joaquim Santo Agostinho Brito França Galvão, foram publicadas em Lisboa pela Imprensa Régia à custa do governo. Também, os redatores d’*O Investigador Português* (1811-1819), citados no início deste artigo, recebiam uma pensão do príncipe regente para manter o jornal.

Sobre essa imprensa áulica forjada pelo governo joanino durante as primeiras décadas de 1800, escreveu Werneck Sodré:

Considerar essa imprensa áulica – impressa no Brasil ou fora do Brasil – como brasileira, e mesmo como imprensa, parece exagero. Nenhum critério, salvo o simplesmente cronológico, fundamenta essa consideração, de todo imerecida. A fase serve, entretanto, para caracterizar a adversidade de condições políticas para o estabelecimento da imprensa.³⁰

Para nós, desconsiderar as publicações áulicas impressas pela Imprensa Régia a partir de 1808 seria negar cronologicamente o surgimento oficial da imprensa brasileira, bem como a

própria instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, como marco inicial da imprensa em nosso país.

Assim sendo, consideramos tais publicações como órgãos de uma imprensa menor, ou seja, como publicações que dão início à imprensa nacional recém-implantada, a qual entraria em processo de consolidação com a Revolução de 1820, com o regresso da corte de D. João para Portugal e, posteriormente, com a proclamação da nossa independência – fatos que, segundo entendemos, influíram consideravelmente no desenvolvimento da imprensa brasileira.

Com o retorno da corte a Portugal, surge a ameaça de regresso ao regime de monopólio, situação que não poderia ser suportada pela classe dominante brasileira. Era preciso mobilizar, unir forças para enfrentar o perigo, e isso não seria possível por intermédio de outro meio senão pela imprensa.

Nesse período, a imprensa nacional tem a sua primeira fase autêntica, na qual relata a evolução dos acontecimentos entre o retorno da corte e a mudança de atitude do príncipe regente D. Pedro I (em Portugal, D. Pedro IV).

Importa ressaltar que o problema vivido entre 1821-1822 não é o mesmo vivenciado entre 1808-1810, o qual decorreu da invasão francesa em Portugal. O problema de 1821-1822 é mais complexo e profundo para os brasileiros. É o problema da nossa independência.

Sabemos que a separação entre Brasil e Portugal foi um processo longo, tortuoso, cheio de altos e baixos, que prosseguiu mesmo depois de ela consumada. No decorrer desse processo, a imprensa brasileira expandiu-se. Além disso, “recebendo os reflexos da realidade, influi sobre a realidade, porque atravessa fase de liberdade”³¹.

Prova disso é o surgimento de publicações como *Aurora Pernambucana* (1821), orientada pelo governador Luiz Rego e dirigida por seu genro, o português Rodrigo da Fonseca Magalhães; *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878), redigido pelo português Zeferino Vito Meireles e, principalmente, de publicações como o *Diário Constitucional*, lançado na Bahia no dia 4 de agosto de 1821.

O *Diário Constitucional* foi a primeira publicação brasileira que defendeu os interesses nacionais, quebrando a monotonia da imprensa áulica. Segundo Nelson Werneck Sodré, o jornal baiano surgiu “com a intenção de travar luta política nesse sentido, e travou-a”³².

A partir de 19 de janeiro de 1822, o *Diário Constitucional* deixa de ser diário e reduz o título para *O Constitucional*. Mesmo tendo os ideais nele impressos combatidos por periódicos áulicos como *O Analisador Constitucional* (1821-1822), de Manuel José da Cruz, *O Baluarte Constitucional* (1822), de Antônio Tomás de Negreiros, *O Espreitor Constitucional* (1821-1822), de Francisco de Chagas Jesus, dentre outros, permanece firme em seu propósito de denunciar as arbitrariedades, a injustiça e de “tonificar” as autoridades que pendiam para a obediência de D. Pedro I, até que, em agosto do ano citado, o coronel Almeida Serrão, à frente

de tropilha militar, “invadiu a oficina, descompôs o dono, proibindo-lhe de continuar a imprimir o jornal”³³.

É de se notar que um mês após a publicação do então *Diário Constitucional*, surge no Rio de Janeiro o *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821-1822), órgão doutrinário da independência brasileira. O jornal, impresso na tipografia de Moreira & Garcez, depois na Nacional e na da Silva Porto, era vendido a 120, 140 ou 160 réis o número avulso, conforme o número de páginas (12,14 ou 16).

No *Revérbero Constitucional Fluminense* publicaram-se extratos dos jornais de Lisboa, Paris e Londres, particularmente do *Correio Brasiliense*. Seus artigos doutrinaram, evoluíram juntamente com o processo da independência. Em 15 de outubro de 1822, os redatores do *Revérbero* comunicam ao público pelas colunas do *Correio do Rio de Janeiro* que a publicação do jornal estava suspensa:

Empreendido só para o fim de proclamar a independência de seu país, nada mais lhe resta a desejar, uma vez que ele (o país) vai ter uma Assembléia Constituinte e Legislativa, que já tem um imperador da sua escolha, que é Nação e nação livre.³⁴

Os redatores do *Revérbero Constitucional* estavam enganados, pois, embora a independência nacional houvesse sido proclamada, o processo que a ocasionou ainda estava em desenvolvimento.

Poucos foram os periódicos que esposaram a causa da separação da colônia, e só a esposaram quando o desenvolvimento do processo tornou claro que o absolutismo português dominara o liberalismo inicial das Cortes. Nesse sentido, *O Constitucional*, na Bahia, teve papel inconfundível, travando luta em condições extremamente difíceis. Mas foi o *Revérbero Constitucional Fluminense* o melhor arauto das reivindicações brasileiras. Aquele foi fechado pela ação de militares portugueses; este foi suspenso pela ação da direita brasileira. **Alcançando a independência, prosseguiria a luta pela liberdade** [O grifo é nosso].³⁵

Entretanto, o clima não era propício para o desenvolvimento da imprensa. Depois que foi coroado em dezembro de 1822, D. Pedro I passou a dispor de ilimitado poder; o liberalismo estava derrotado, a imprensa contava com condições materiais, mas não tinha condições políticas para progredir.

Ainda assim, a imprensa nacional aos poucos se desenvolvia. Surgem vários periódicos, boa parte destes pertencentes à imprensa áulica, outros ao jornalismo de opinião como *A Malagueta* (1821-1822), posteriormente *Malagueta Extraordinária* (1822-1824),

fundada e dirigida por Luiz Augusto May, antigo militar português que chegara ao Brasil em 1815.

O jornal de Luiz Augusto May aparecia irregularmente, ora uma ora duas vezes por semana. Constava de um só artigo e era vendido por 100 réis. Alcançou grande repercussão “não só junto a seus colegas de imprensa, como através das numerosas polêmicas que suscitou, traduzidas em diversos panfletos políticos”³⁶.

Durante a publicação da primeira fase d’A *Malagueta* (1821-1822), oito panfletos políticos provocaram os números iniciais do jornal. A fase seguinte, a d’A *Malagueta Extraordinária* (1822-1824), marcada pela agressão que sofreu o jornalista, um dia depois de ter dado continuidade à folha, foi ainda mais polêmica e, conseqüentemente, obteve maior repercussão.

A agressão a May repercutiu na Constituinte, onde o deputado Joaquim Manuel Carneiro da Cunha a comentou. A autoria permaneceu misteriosa e continua objeto de controvérsias. Não estaria alheio ao fato o imperador, para uns; para outros, foram os Andradas os mandantes; para terceiros, o próprio D. Pedro teria participado da tropelia.³⁷

Enquanto o jornal de Luiz Augusto May esquentava o clima na Corte, Cipriano José Barata de Almeida inicia em Recife a publicação da *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* (abr.-nov. de 1822), bem como da *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada Reunida* (1822), na qual protestava contra a violência aos órgãos e aos homens da imprensa jornalística brasileira.

Órgão pioneiro da imprensa libertária no Brasil, as *Sentinelas* de Cipriano José Barata exerceram tamanha influencia em seu tempo que, imitando-as, outras *Sentinelas* surgiram. Entre essas, a *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande Refugiada em Buenos Aires* (1830); a *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará* (1830) e a *Sentinela do Serro* (1830-1833), todas veiculando idéias liberais e, em muitos casos, antimonárquicas.

Convém ressaltar que, passada a fase posterior da independência, na qual o jornalismo brasileiro vivencia um período de restrições e censura até 28 de agosto de 1827, data em que o governo promulga um decreto interrompendo as restrições aos órgãos da imprensa nacional, dão-se a abdicação do imperador em favor de seu filho D. Pedro II (1831) e o desenvolvimento significativo da imprensa brasileira, à medida que esses problemas políticos se tornavam mais agudos.

Ainda em 1827, surgem em São João d’El Rei *O Amigo da Verdade* e *O Astro de Minas* (1827-1839); este último, redigido por Batista Caetano de Almeida. Em São Luiz do

Maranhão surgem mais dois jornais: *O Farol Maranhense*, redigido inicialmente por José Candido Moraes e Silva e, posteriormente, em sua segunda fase (1832-1833), por João Francisco Lisboa, bem como *A Minerva* (1827-1829), dirigido por Davi da Fonseca Pinto. No Rio de Janeiro, aparecem nesse mesmo ano *Gazeta do Brasil* e *O Propagador das Ciências Médicas ou Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia*.

No ano seguinte (1828), o número de periódicos aumenta consideravelmente: surgem em Ouro Preto *O Precursor das Eleições* e o das *Atas das Sessões do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais* – o primeiro contendo conselhos aos eleitores para a escolha de candidatos; o segundo, apenas mais um órgão da imprensa áulica. Em Diamantina, apareceria *O Eco do Serro*; na Paraíba, a *Gazeta Paraibana*; no Recife, mais dois jornais: *A Abelha Pernambucana* e *A Tesoura*. No Rio de Janeiro, circulariam a nova série de *A Malagueta*, *A Honra do Brasil Desafrentada de Insultos da Ástrea Espadachina*, *Nova Luz Brasileira* e, ademais, a *Revista Semanária dos Trabalhos Legislativos da Câmara dos Senhores Deputados*, órgão oficial.

Em 1829, aparecia em São Paulo *O Amigo das Letras*, de Josino do Nascimento Silva, “definindo a iniciada participação dos alunos do curso jurídico local nas lides literárias, políticas e jornalísticas” da época³⁸. Nesse mesmo ano, apareciam no Rio de Janeiro a *Literary Intelligence* e a *Revue Brésilienne*, dadas às letras e aos assuntos externos, bem como a *Revista Brasileira de Ciências, Artes e Indústria* e *O Beija-Flor*.

No ano de 1830, os problemas políticos pareciam ainda mais expressivos, os nervos estavam mais exaltados, era clara a distinção entre a direita e a esquerda liberal e, conseqüentemente, entre as folhas que refletiam uma e outra dessas tendências. Publicações como a *Aurora Fluminense* e a *Ástrea* divulgavam o pensamento da direita liberal e eram severas na sua crítica, mas mantinham uma certa regra de decência e polidez.

Por outro lado, jornais como a *Nova Luz Brasileira*, o *Repúblico* (1830) e o *Tribuna do Povo* (1830-1832) expressavam o pensamento da esquerda liberal e atacavam com virulência, “mal encobrendo planos de agitação popular e subversão da ordem pública”³⁹.

Todavia, tanto os jornais da esquerda como os da direita liberal “ficavam num plano de pregação das doutrinas liberais e de censura a erros e desmandos do governo, sem nenhum intuito revolucionário, e só afinariam por esse diapasão na fase paroxística dos acontecimentos”⁴⁰.

Com a viagem do imperador D. Pedro I a Minas Gerais, no final de 1830, *A Nova Luz Brasileira* e o *Repúblico* começaram a pregar a federação. De acordo com textos publicados nesses jornais, a viagem do imperador seria uma tentativa de preparação do golpe absolutista.

Tais periódicos esquentaram o clima na Corte e podem ter exercido papel decisivo no retorno antecipado de D. Pedro ao Rio de Janeiro, em 11 de março de 1831.

Mas, segundo entendemos, não havia mais remédios para a crise. Por essa razão, “os conflitos começaram a 11 mesmo; no dia seguinte, sábado, saíram às ruas grupos numerosos de brasileiros, dando vivas à Constituição; na noite de domingo, 13, os portugueses reagiram e a situação agravou-se: seria a *noite das garrafadas*”⁴¹.

A partir dessa data, os ânimos vinham em exaltação crescente; a imprensa da época, à frente de todas as manifestações contra o governo, pregava que os brasileiros queriam a desafronta de todos os insultos e, ademais, que era dever sagrado da resistência à tirania. Tais opiniões impressas na imprensa liberal da esquerda e da direita instigaram as manifestações que liquidaram o pouco que restava de simpatia pelo imperador entre os brasileiros.

Sem contar com o apoio do povo, sem obter êxito nas represálias contra aqueles que o combatiam, D. Pedro I, na madrugada de 7 de abril de 1831, abdica em favor de seu filho:

As ruas viviam sob o signo da inquietação, sempre cheias de grupos exaltados. No dia 6, numerosos desses grupos juntaram-se, desde o amanhecer, no Campo de Santana, ao circularem boatos de represálias do imperador aos que o combatiam; à tarde eram já alguns milhares os que ali estavam reunidos; às 11 horas da noite vieram juntar-se os corpos de tropas. Na madrugada de 7, D. Pedro abdicou.⁴²

Após a vitória de 7 de setembro, a imprensa de opinião editada pelos liberais da direita e da esquerda iria, assim como o próprio movimento liberal, cindir-se a prazo curto. O que permitiria a repressão às rebeliões e agitações, bem como o regresso do conservadorismo e o golpe da Maioridade.

Importa dizer que, antes disso, o Brasil conheceu um regime republicano na prática: “o regente eleito pelo voto direto, a primazia do Legislativo, a ampla liberdade de imprensa, a reforma política e administrativa caracterizavam o regime como republicano”⁴³.

Com o fim dessa fase regencial, que constitui um dos grandes momentos da imprensa brasileira, pois nesse período a imprensa local exerceu papel de destaque e influenciou profundamente nos acontecimentos nacionais, há o triunfo conservador.

É evidente que no período em questão não apenas a imprensa brasileira influenciou nos acontecimentos, como estes também influíram no próprio desenvolvimento da imprensa, nos aspectos políticos, ideológicos e opinativos, mas não no desenvolvimento técnico, já que, com relação à impressão, distribuição e circulação, os jornais publicados no Brasil da época não apresentaram grandes mudanças.

A IMPRENSA LITERÁRIA EM PORTUGAL

Durante a primeira metade do século XVIII, surgem em Portugal, ao lado dos periódicos jornalísticos, folhetos de conhecimentos gerais e de deleite, dirigidos à burguesia em ascensão. Eram as primeiras manifestações da imprensa literária lusitana que só surgiria a partir da publicação do periódico intitulado *Gazeta Literária ou Notícia Exacta dos Principais Escritos que Modernamente Se Vão Publicando na Europa* (1761-1762).

Dirigida pelo padre Francisco Bernardo de Lima, um dos primeiros críticos do teatro português, a *Gazeta Literária* era uma publicação mensal impressa inicialmente na cidade do Porto e, posteriormente (1762), em Lisboa. Um dos seus objetivos era, por meio de uma crítica inteligente, manter o público português informado acerca das principais obras sobre literatura, arte e ciências vindas à luz na Europa.

Importa lembrar que, na época, entendia-se por crítica literária os textos informativos, noticiosos e que teciam elogios ao autor e à obra noticiada, misturando relatos biográficos sobre o autor, com breves sínteses ou paráfrases do seu trabalho.

Em julho de 1779, aparece em Lisboa o segundo periódico literário português, o *Jornal Enciclopédico. Dedicado à Rainha Nossa Senhora e Destinado para a Instrução Geral*. Fundado por Felix Antônio Castrioto, o periódico era uma publicação mensal, com notícias sobre os descobrimentos referentes às ciências e às artes. Em 1806, António Policarpo da Silva substitui Castrioto na direção do periódico, que assume, definitivamente, o papel de publicação enciclopédica versando sobre assuntos de filosofia, medicina, história natural, economia civil, literatura, notícias de política e anedotas.

Entre 1788 a 1793, publica-se o *Jornal Enciclopédico*, segundo periódico português com essa designação, o terceiro literário. Redigido por uma sociedade de homens de letras, esse periódico teve como editor um livreiro, Reycende. Em 1820, surge na capital portuguesa o *Jornal Enciclopédico de Lisboa*.

O *Jornal Enciclopédico de Lisboa* era publicado mensalmente e tinha como coordenador José Agostinho de Macedo. Com o objetivo de “excitar os portugueses a lidarem pela honra da Pátria e das Letras, promovendo o fomento e amor às Artes e às Ciências”⁴⁴, o primeiro número desse periódico saiu em janeiro do ano citado e, o último, em dezembro do mesmo ano.

É de se notar que essas não foram as únicas concretizações da imprensa literária portuguesa entre os anos de 1779 a 1820. Sem a designação de enciclopédicas e com um conteúdo literário bastante expressivo, passam a ser publicados em Lisboa: *Passatempo Curioso* (1779), *Tardes Divertidas* (1794), *Paládio Português ou Clarim de Palas* (1796), *Arquivos de Peças Importantes e Instrutivas* (1800), *Minerva Lusitana ou Rapsódia Periódica de Literatura, Ciências e Artes* (1801-1803?), *Varietades* (1801-1805), *Novidades Literárias, Filosóficas, Científicas, Poéticas e Mercantis* (1802), *Diário Crítico sobre os Erros dos Falsos*

Filósofos (1803-1804), *O Redator ou Ensaio Periódicos de Literatura e Conhecimentos Científicos Destinados para Ilustrar a Nação Portuguesa* (1803), *Biblioteca Universal* (1803-1805), *Analecto de Recreação e Erudição* (1805-1806), *Divertimento Instrutivo* (1805-1806), *Arquivo de Peças Divertidas e Científicas* (1807) e o *Armazém Interessante e Recreativo* (1807).

Além disso, um número considerável de periódicos portugueses editados no estrangeiro, após 1807, mantinham uma seção literária ou traziam impressos em suas páginas ensaios, folhetins, poemas e noticiários sobre novas obras literárias. Dentre estes, o *Correio Brasiliense* (Londres, 1808-1822), *O Investigador Português em Inglaterra* (Londres, 1811-1819) e, o mais importante periódico de cunho literário entre todos até então citados, os *Anais de Ciência, das Artes e das Letras* (1818-1822).

Os *Anais de Ciência, das Artes e das Letras*, publicado em Paris a partir de junho de 1818, eram uma publicação trimestral, redigida por Francisco Solano Constâncio, Candido Xavier e Luís da Silva Mousinho de Albuquerque. Convém dizer que, além da literatura, os *Anais* também se dedicavam às artes mecânicas, aos avanços da agricultura e às descobertas da ciência⁴⁵.

Nota-se que, no período citado, a imprensa especializada em literatura, conhecimentos diversos e instrução assume um papel predominante em Portugal. Prova disso é o fato de 33 dos 84 periódicos impressos em Portugal entre os anos de 1715 a 1807 versarem sobre esses assuntos. Tais periódicos, de caráter enciclopédico, ou seja, divulgadores de conhecimentos, de arte e das técnicas, “quer com a intenção apenas de aumentar a cultura do leitor quer, ao mesmo tempo, com o objetivo de lhe fornecer conhecimentos úteis, com uma roupagem mais ou menos recreativa”⁴⁶, não sucumbiam com as restrições impostas ao jornalismo político que estava fortemente limitado por severa censura prévia e não só foram os precursores do periodismo literário em Portugal e em toda a Europa como também, posteriormente, iniciaram a imprensa literária no Brasil.

Com um aspecto divulgador, mas inofensivo, boa parte dos periódicos enciclopédicos lusitanos pareciam ignorar ou ocultar o sentido revolucionário das idéias liberais da época; por esse motivo, não houve em Portugal nenhum conflito dramático entre os periódicos dessa linha e o poder absolutista do rei.

Mas isso não impediu que houvesse entre os periódicos enciclopédicos aqueles que deixaram transparecer sinais de pensamento liberal “tanto por veladas afirmações e posicionamentos científicos como pela conhecida formação política”⁴⁷ de seus redatores e colaboradores. Dentre esses estão os já citados *Paládio Português* (1796), as *Variedades* (1801-1805) e a *Biblioteca Universal* (1803-1805).

Sabe-se que o redator deste último, o português Luís Caetano Altino de Campos, foi perseguido por ser suspeito de defender os ideais revolucionários franceses, bem como por

manter contato com jornalistas portugueses emigrados de Londres⁴⁸. Sabe-se também que, no ano de 1813, o projeto do hebdomadário enciclopédico intitulado a *Minerva Lisbonense ou Variedades Literárias e Políticas* foi alvo das restrições do intendente geral da Polícia, o qual impediu sua publicação, alegando que os redatores da obra costumavam introduzir nela críticas ao governo⁴⁹.

Apesar desses acontecimentos relacionados a periódicos literários, instrutivos e propagadores de certo idealismo político, sabemos que os puramente literários e enciclopédicos lusitanos não foram atingidos pelas mesmas restrições. Na verdade, estes ganharam relevante papel na vida nacional portuguesa:

Juntamente com as reformas do ensino elementar, contava-se com esse tipo de imprensa como forma complementar da educação básica do cidadão, procurando-se atingir os idealizados padrões de ensino existentes na Alemanha, na França ou na Inglaterra.⁵⁰

Eram muitas vezes patrocinados por sociedades civis, como a *Sociedade de Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, responsável pela publicação do *Repositório Literário* (1836); a *Sociedade dos Amigos das Letras*, com sede em Lisboa, que fundou o *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* (1836); bem como a *Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*, que fundou, em Lisboa, *O Panorama* – jornal literário e instrutivo (1837-1868).

Impresso em tipografia própria e das mais apetrechadas do país, *O Panorama* pertenceu a essa *Sociedade* durante a sua primeira e segunda séries (1837-1840 e 1841-1844), sendo depois adquirido pelo empresário Antônio José Fernandes Lopes, que, de posse dos direitos e deveres da publicação, dirigiu o periódico até a impressão do último número do volume que encerraria a quarta série (1857-1858).

Conforme veremos mais adiante, Antônio José Fernandes Lopes publica, em janeiro de 1856, o primeiro número d'*A Ilustração Luso-Brasileira* (1856, 1858, 1859), revista que vem na esteira da imprensa literária ilustrada portuguesa em ascensão.

Sobre *O Panorama*, convém mencionar que foi o primeiro periódico literário romântico lusitano. Na verdade, ele praticamente inicia o movimento romântico português. Além disso, bem acolhido por todas as classes sociais, *O Panorama* tornou-se um verdadeiro modelo para todas as publicações periódicas literárias de Portugal, principalmente para *A Ilustração Luso-Brasileira*.

A IMPRENSA LITERÁRIA NO BRASIL

Enquanto a imprensa literária portuguesa teve início em 1761, com a publicação da *Gazeta Literária ou Notícia Exacta dos Principais Escritos que Modernamente Se Vão*

Publicando na Europa, no Brasil ela surge quatro anos após a instalação da Imprensa Régia (1808), com a publicação do periódico de Diogo Soares da Silva de Bivar, *As Variedades ou Ensaios de Literatura* (Bahia-1812), lembrado por nós no histórico sobre as publicações da imprensa brasileira a partir do ato real de 31 de maio de 1808.

Entretanto, pouca importância atribui-se a essa “precedência no tempo devido à breve duração de vida [desse periódico]. Entre fevereiro e julho extraíram-se d’*As Variedades ou Ensaios de Literatura* apenas dois números”⁵¹.

O Patriota (1813-1814), segundo periódico literário brasileiro, obteve maior importância. Contando com a colaboração de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Mariano José Pereira da Fonseca (futuro marquês de Maricá) e do juiz dos Inconfidentes, Antônio Diniz da Cruz e Silva, esse periódico “não apenas abre o caminho às publicações científico-literárias como, até certo ponto, reata a nova era a um passado relativamente recente”⁵².

Em 5 de janeiro de 1822, surge no Rio de Janeiro o *Compilador Constitucional Político e Literário Brasileiro*, impresso na Tipografia Nacional. Dirigido pelo português José Joaquim Gaspar do Nascimento, a quem se aliou posteriormente o paulista João Batista de Queiroz, o periódico não era um órgão pertencente à imprensa áulica. Mesmo assim, adotou posição de neutralidade em um dos maiores conflitos políticos daquele momento: o choque entre a facção andradina e a do periódico *Revérbero* (1821-1822).

O *Compilador* era uma publicação mensal, vendida a 80 reis o número avulso, e dele foram impressos apenas 15 números, sendo os dois últimos na tipografia de Moreira & Garcez. Sabe-se que a mudança de tipografia foi uma imposição de José Bonifácio e não uma iniciativa de seus redatores. Do mesmo modo, sabe-se que o fechamento do periódico foi forjado pela polícia⁵³.

Segundo entendemos, o *Constitucional Político e Literário Brasileiro* era um periódico também literário, mas não uma publicação da imprensa literária propriamente dita; seu compromisso primeiro era com o jornalismo político.

O terceiro, impresso em nosso país foram os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* (1822). Dele foi impresso um único número, mas merece destaque porque é a única publicação literária editada durante a regência de D. Pedro I.

Em 1826, aparece no Rio de Janeiro o quarto periódico literário do país: o “*Jornal Científico, Econômico e Literário*; ou *Coleção de Várias Peças, Memórias, Relações, Viagens, Poesias e Anekdotes*. Misto de instrução e recreio, acomodado a todo o gênero de Leitores. Por dois amadores das Ciências e das Artes”⁵⁴.

Dirigido por José Vitorino dos Santos e Sousa, bem como por Felisberto Inácio Januário Cordeiro, redator dos efêmeros *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura*, o *Jornal Científico, Econômico e Literário* teve também uma duração bastante curta: apenas três números.

No ano de 1830, aparece na mesma cidade *O Beija-Flor: Anais Brasileiros de Ciência, Política e Literatura (1830-1831)*, “que se dizia redigido por uma Sociedade de Literatos, aliás inexistente como tal”⁵⁵.

Impressos na Tipografia de Gueffier & Cia, *O Beija-Flor* tinha o formato in-4. Seus oito números foram publicados entre os fins de 1830 e o início de 1831, exatamente nos últimos meses do primeiro reinado.

Dois anos depois, aparece em São Paulo a *Revista da Sociedade Filomática*, dirigida por José Inácio Silveira Mota, Carlos Carneiro de Campos e Francisco Bernardino Ribeiro. Impressa nos meses de junho a dezembro de 1833, a *Revista da Sociedade Filomática* contou com a colaboração de Justiniano José da Rocha, que se integrou a ela a partir da publicação do segundo número, assumindo sobre si toda a responsabilidade de publicá-la.

No editorial de lançamento da *Revista*, seus redatores demonstram “a necessidade de se organizar em grupo para, unidos, promoverem o avanço literário que a nação estava a exigir”⁵⁶. Entretanto, não conseguiram para tal propósito o apoio que era necessário:

(...) a província de São Paulo e a indiferente Capital do Império fizeram da *Revista da Sociedade Filomática* uma publicação sem eco, não só por falta de uma acolhida favorável, que se exprimiria em venda ou subscrição, como também no que diz respeito a polêmicas [e] contestações.⁵⁷

Apesar disso, a *Revista* merece destaque pelo importante aparecimento de Justiniano José da Rocha em suas páginas. Convém dizer que é Justiniano que inicia na literatura brasileira o exercício da crítica. “Não da resenha anônima e noticiosa apenas, mas da crítica baseada em padrões determinados. Estéticos e históricos”⁵⁸.

Encerrada a publicação da *Revista da Sociedade Filomática*, a literatura nacional só voltaria a ocupar lugar de destaque na imprensa brasileira em 1836⁵⁹, com o lançamento da *Niterói-Revista Brasiliense*, impressa em Paris por Manuel de Araújo Porto-Alegre, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales Torres-Homem. Composta por apenas dois números, a *Niterói* ainda hoje goza de um grande prestígio histórico-literário em razão da importância que cercava seus redatores, estudantes agremiados ao Instituto Histórico da França, que representavam de corpo presente a pátria distante no mais renomado centro intelectual da Europa.

Boa parte desse prestígio justifica-se por a *Niterói-Revista Brasiliense* ser a publicação em que os primeiros românticos brasileiros principiaram a sua atividade, bem como pelo fato de a revista estar veiculada ao nome de Magalhães, que, empenhado em provar a existência de uma literatura brasileira, assumiu “a importância de chefe do movimento renovador”⁶⁰ inaugurado pela revista.

(...) Porto-Alegre, mais dedicado às artes plásticas, coloca-se à beira do caminho para aplaudir o companheiro, proclamar-lhe o nome e confessar-se, enfim, seu modesto seguidor; Torres-Homem, mais aplicado à economia e à política, depois de fazer o elogio dos poemas do colega, desertou das belas para outras letras. Restou, portanto, Magalhães. Assumiu o posto reconhecido, alguma vez negado, mas não destruído, de implantador do Romantismo no Brasil.⁶¹

Em nossa opinião, fora esses motivos que asseguram o prestígio da *Niterói*, o simples fato de ela ter sido publicada em outro país já lhe garante certa importância, pois o fascínio do estrangeiro exercera, como ainda hoje exerce, a magia do importante e da novidade.

Sobre a presença do grupo da *Niterói* em Paris, escreveu Maria Orlanda Pinassi:

Em 1833, um pequeno grupo de jovens brasileiros se reúne em Paris para aprimorar os estudos iniciados no Rio de Janeiro e sonhar com a destinação pródiga da igualmente jovem e melancólica pátria. Solidários nos anos difíceis que viveram em terra estrangeira, entre eles havia laços de uma amizade selada ainda na capital do Império, onde descobririam afinidades sociais, artísticas e políticas. Desse fértil encontro, que para alguns duraria a vida inteira, resultou, entre outras coisas, na publicação de *Niterói – Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*.⁶²

Após a publicação da *Niterói-Revista Brasiliense*, Justiniano José da Rocha edita no Rio de Janeiro *O Cronista* (1836). A princípio, o periódico era publicado uma vez por semana, às segundas-feiras, depois passou a ser bissetimanal e, por fim, trissemanal. Em razão dessa freqüente periodicidade, *O Cronista* levava a vantagem de possuir um contato mais intenso com o leitor, o que viabilizou a sua existência até 1839.

No mesmo ano em que *O Cronista* encerra a suas atividades, Josino do Nascimento Silva, Pedro de Alcântara Bellegarde e João Manuel Pereira da Silva publicam a *Revista Nacional e Estrangeira* (1839-1840). A revista saía uma vez por mês e conseguiu estampar, sem interrupção, dezoito números. Nela predominava a matéria científica em artigos traduzidos de revista européia, e não as manifestações de cunho literário. Entretanto, interessa-nos porque traz a figura de Josino, vindo de *O Cronista*, herdeiro direto da *Revista da Sociedade Filomática*, e de João Manuel, vindo da *Niterói-Revista Brasiliense*. A presença desses escritores na redação da *Revista Nacional e Estrangeira* reforça a constituição de uma tradição periodística brasileira iniciada a partir da primeira metade do século XIX, já que as revistas nasciam e morriam – trocavam-se alguns nomes – e ficavam quase sempre os mesmos colaboradores. Com estes, vigorava certa intenção, manifestava-se um determinado ponto de

vista, uma necessidade de provar que nossa literatura estava formada, ou seja, que ela constituía um universo capaz de justificar o interesse do leitor.

Três anos após a publicação da *Revista Nacional e Estrangeira*, Francisco de Sales Torres-Homem funda o *Minerva Brasiliense*, Jornal de Ciências, Letras e Artes (1843-1846), editado no Rio de Janeiro, na Tipografia de J. E. S. Cabral, rua do Hospício, 66, do qual torna-se o primeiro redator-chefe. Em 1844, passa a direção do periódico para o amigo Santiago Nunes Ribeiro.

Conhecido como o primeiro periódico literário-científico nascido depois da maioridade de D. Pedro II (1840), o *Minerva* era uma publicação bissetimanal, a primeira de importância nesse período que estudamos e a segunda do mesmo nome, editada no Brasil⁶³. De acordo com Hélio Lopes, tal importância se deve ao corpo de colaboradores do periódico, bem como à variedade de assuntos nele tratados:

O bom êxito da *Minerva Brasiliense* esteve no seu corpo de colaboradores: os nomes mais reputados no campo das ciências – astronomia, medicina, botânica, zoologia, química, física e geografia. Também na variedade de assuntos tratados, desde os mais específicos nas diversas áreas até as pequenas anedotas, ou historietas, de nomes célebres da História.⁶⁴

Mas, ainda segundo esse autor, faltou ao *Minerva Brasiliense* o recurso das ilustrações, essencial para uma publicação daquele porte. Recurso este, que só foi introduzido oficialmente na imprensa brasileira de intuito literário, científico, bem como romântico nacionalista, a partir de 1854, com a publicação da revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855).

Nota-se que, em junho de 1845, o *Minerva Brasiliense* encerra suas atividades, só que um dos seus mais assíduos colaboradores, José Manuel Valdez y Palacios (1812-1854), procurou dar continuidade à publicação, lançando em dezembro do mesmo ano *A Nova Minerva*: periódico dedicado às ciências, às artes, à literatura e aos costumes.

A tentativa de Valdez y Palacios não foi muito longe. Faltou-lhe prestígio literário para se impor e reunir ao seu redor escritores de renome que o ajudassem a erguer o nome do pequeno jornal e despertar o interesse dos leitores. *A Nova Minerva* se extingue em maio de 1846, após ter estampado 24 números, e alguns historiadores do periodismo literário afirmam não constituir uma publicação nova, mas a retomada da anterior.

Em 1848, aparecem no Brasil dois novos periódicos literários: *Íris*, revista de religião, belas-artes, ciências, letras, história, poesia, romance, notícias e variedades (1848-1849), e *O Museu Pitoresco*, jornal literário (1848). A primeira, criada por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, pretendia unir Brasil e Portugal por meio de laços literários. Para tanto, contava com a colaboração de literatos brasileiros já bastante conhecidos como Manuel de

Araújo Porto-Alegre, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Norberto de Souza e Silva e Antônio Gonçalves Dias. A segunda, criada e dirigida pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, desejava divulgar a literatura européia entre nós.

Revista semanal, muito bem ilustrada, apareceu com o ano novo. O primeiro número circulou a 1 de janeiro de 1848 e acreditamos tenha terminado em dezembro deste mesmo ano. Não obstante nela não figurarem os nomes tradicionais, presentes em quase todas as revistas do tempo, *Museu pitoresco* significa bastante na divulgação da literatura européia entre nós.⁶⁵

Nota-se que o fato de esse periódico ter sido uma publicação cheia de estampas, gravuras e retratos anulava a informação inicial de que, no Brasil, a imprensa de ilustração teria sido inaugurada com a *Ilustração Brasileira* (1854-1855), visto que nenhuma publicação anterior dera tamanho destaque e foco especial ao “modelo de ilustração” quanto ela. Mas isto não ocorre porque defendemos o ponto de vista de que imprensa ilustrada, ou de ilustração, apresenta mais do que o simples apelo gráfico das litografias, ou seja, apresenta um conjunto de características próprias do período, entre as quais o compromisso nacionalista de seus redatores.

Segundo entendemos, este compromisso não é encontrado nas páginas do *Museu Pitoresco*, já que Eduardo e Henrique Laemmert eram de origem alemã e, como tal, estavam mais preocupados com a literatura do seu país natal. Desta forma, reforçamos a afirmação de que a *Ilustração Brasileira* (1854-1855) dá início à imprensa ilustrada nacional.

Ainda sobre Eduardo e Henrique Laemmert, ressaltamos que eles não tinham a intenção de divulgar no exterior o trabalho de nossos autores, nem de divulgá-lo aos leitores nacionais, mas de tornar conhecidos entre nós, incentivando a sua leitura, textos produzidos por autores estrangeiros, principalmente germânicos. Tal incentivo se deu por meio de diversas traduções presentes nas páginas do *Museu Pitoresco*.

Em 7 de abril de 1849, publicado na Tipografia de J. Villeneuve, surge *O Beija-Flor* (1849-1850), cuja redação é formada por João d’Aboim, Joaquim Norberto de Souza e Silva e Floriano Alves da Costa. Era semanal, distribuído aos sábados, sem grandes pretensões que, curiosamente, preocupava-se com o caráter passageiro de nossas revistas, sobretudo das que eram intencionalmente dedicadas às letras e às artes.

Desse periódico saíram apenas oito números e “é preciso não confundir esta simpática revista dos meados do século com outra que se publicou, com o mesmo título, entre 1830 e começos de 1831”⁶⁶.

Antes mesmo que *O Beija-Flor* encerrasse suas atividades, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo e Antonio Gonçalves Dias⁶⁷ publicam no Rio de Janeiro a

Guanabara, revista mensal, artística, científica e literária, redigida por uma associação de literatos e dirigida inicialmente pelos três intelectuais citados.

A princípio, a revista era publicada na tipografia Guanabareense de L. A. F. de Meneses, na rua de São José, 45, que – por demonstrar deficiência ao executar os serviços de impressão, bem como inoperância ao distribuir os exemplares da revista, que saíam sempre atrasados – foi substituída pela tipografia de Francisco de Paula Brito, o qual se incumbiu de imprimir e distribuir a *Guanabara*.

Composta por 37 números, subdivididos em três tomos, sendo os dois primeiros (1849-1852/1852-1855) com 12 números cada um e o último (março de 1855 a março de 1856) com 13, a *Guanabara* contou com o apoio do Imperador D. Pedro II e, graças a esse apoio, com a colaboração de personalidades bastante conhecidas e respeitadas da época.

Encontra-se publicada nas páginas da *Guanabara* uma grande variedade de textos considerados amenos: noticiários, poemas, traduções, textos biográficos, ensaios científicos, filosóficos, literários e de crítica literária. Por esse motivo, ela é considerada uma das publicações brasileiras mais conceituadas de sua época.

No editorial do sétimo número do segundo tomo da revista, publicado em setembro de 1854, chama-nos atenção o trecho em que Manuel de Araújo Porto-Alegre e Joaquim Manoel de Macedo noticiam o aparecimento da revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855):

No espaço em que nos ausentamos, e deixamos de continuar com o *Guanabara*, o público teve a satisfação de ver surgir à luz da imprensa a *Ilustração Brasileira*, que foi muito além das nossas forças, porque se apoderou das artes, exortando os seus brilhantes escritos com estampas interessantes, e sobretudo com uma iconografia dos varões mais salientes da atualidade.⁶⁸

Demonstrando uma aparente simpatia pela publicação, os dois idealizadores da *Guanabara* dão boas-vindas à nova revista:

Cheios de uma legítima satisfação aplaudimos a coragem e o talento dos nossos contemporâneos, e com aquela lealdade artística que nos assiste, saudamos agora publicamente no *Guanabara* [a *Ilustração Brasileira*]: seja a saudação acompanhada da realização dos nossos votos, converta-se ela em uma série de não interrompidas prosperidades.⁶⁹

Hélio Lopes considera duvidosos os aplausos da *Guanabara* à *Ilustração Brasileira*⁷⁰ (Lopes, 1978: 68). Do mesmo modo, nós acreditamos que, embora a revista de Porto-Alegre e Macedo tenha saudado a colega e competidora *Ilustração-Brasileira*, seus diretores teriam

preferido que os redatores da *Ilustração* tivessem se aliado a eles para, juntos, darem continuidade à publicação da *Guanabara*.

A IMPRENSA ILUSTRADA ROMÂNTICA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Antes de concluirmos o artigo, aludindo as publicações que deram início à imprensa ilustrada romântica de língua portuguesa, mais especificamente a portuguesa e a brasileira, cremos ser importante esclarecer que entendemos como imprensa ilustrada romântica as publicações periódicas que apresentam um conjunto de tendências estético-ideológicas próprias do período – como o nacionalismo literário, uma certa subjetividade, o gosto pela natureza, a colaboração de autores cientes do seu papel –, aliadas ao enriquecimento gráfico proporcionado pelas gravuras e estampas, bem como ao pendor didático e ético de empenho na propagação de conhecimentos, instrução e deleite, e a uma possível confiança nas ações governamentais para juntos promoverem a “civilização”.

Tais características são perceptíveis na imprensa lusitana a partir de 6 de maio de 1837, com a publicação do primeiro número do periódico *O Panorama* (1837-1868). Antes dele nenhum outro periódico português conseguira expressar em suas páginas tamanha determinação em propagar conhecimentos úteis, de forma didática, procurando sempre ilustrar um ou outro texto com gravuras explicativas e de referência, como é o caso dos vários retratos nele impressos.

No Brasil, a publicação periódica que consegue reunir pela primeira vez as características citadas, dando início à imprensa ilustrada nacional, é a revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855).

A *Ilustração Brasileira* não foi a primeira no país a utilizar as estampas para enriquecer suas páginas. Antes dela, utilizaram-nas a *Lanterna Mágica*, periódico plástico-filosófico (1844-1845) dirigido por Manuel de Araújo Porto Alegre, com Lopes Cabral como desenhista e Rafael Mendes de Carvalho como pintor, a *Marmota Fluminense* (1849) e a *Marmota na Corte* (1852-1857). Mas enquanto o *Lanterna Mágica* trazia apenas caricaturas e as *Marmotas*, músicas litografadas e figurinos coloridos, a *Ilustração Brasileira* reuniu em uma só publicação caricaturas, gravuras, retratos e enigmas ilustrados, além de vários textos literários, bem como outros, de natureza diversa.

Do mesmo modo, *O Panorama* não foi a primeira publicação portuguesa a inserir ilustrações em suas páginas, mas a primeira a empregá-las intencionalmente a serviço do texto; ou seja, n’*O Panorama*, as estampas e retratos tinham que estar relacionados com um ou mais textos publicados, complementando-os e não comparecendo como forma gratuita de ampliar a quantidade de páginas do número.

Assim como n’*O Panorama*, na *Ilustração Brasileira*, a inserção de estampas obedece ao mesmo critério, não podendo ser quebrada a união entre ilustração e texto. Prova disso é o fato de Ernesto de Oliveira e Coutinho ter publicado no quarto número do primeiro volume da revista o texto intitulado “Reparos”, em que, entre outros avisos, informa que não seria publicado o esboço de José Maria do Amaral, então ministro do Brasil no Uruguai, por não ter sido possível obter o retrato do diplomata.

Agora mesmo acabamos de saber que não foi possível obter-se o retrato do Exm.^o Sr. José Maria do Amaral, que se acha longe do Rio de Janeiro: por isso não se publica hoje o nosso esboço acerca do esclarecido diplomata, um dos nossos mais distintos contemporâneos: nesta tipografia porém fica esse trabalho para ser publicado num dos próximos números da *Ilustração Brasileira*.⁷¹

O esboço deveria constar da série intitulada “Contemporâneos Brasileiros”, mas não chegou a ser publicado. Provavelmente, o retrato do ministro nunca foi obtido pelos redatores da *Ilustração*.

A *Ilustração Luso-Brasileira* (1856,1858,1859) seguia o mesmo projeto d’*O Panorama* e, conseqüentemente, compartilhava das mesmas tendências ideológicas e escolhas gráficas, o que nos possibilita afirmar que ela vem na esteira da imprensa ilustrada lusitana em ascensão.

Com relação à *Ilustração Brasileira*, como antes já afirmamos, dado o conjunto de caracteres por ela apresentados e aqui retomados, não hesitamos em considerá-la a primeira concretização da imprensa ilustrada em nosso país. Relembramos, assim, que não se está a ver na publicação apenas a existência de gravuras dela constantes. Trata-se, na verdade, da publicação inaugural da imprensa romântica em nova fase: a da imprensa ilustrada.

Por fim, concluímos esse artigo, lembrando também que a imprensa ilustrada romântica também era literário-instrutiva, estava, ou pelo menos deveria estar, preocupada com a formação do gosto do incipiente público leitor, com a divulgação de textos literários e instrutivos. E, que tais objetivos, presentes explícita, ou implicitamente, no projeto editorial das publicações ilustradas do período deveriam ser atingidos.

Notas

¹ Pós-Doutoranda em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Doutora na área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa – FFLCH – USP (Tese defendida em março de 2007/Bolsista FAPESP)

-
- ² TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed ver. e aum. Lisboa: Caminho, 1989, 60.
- ³ Refere-se a textos breves, manuscritos não assinados pelo autor, contendo acusações diretas e simples, sem fundamentação.
- ⁴ Geralmente compostas por uma folha impressa em pequeno formato e com caráter noticioso.
- ⁵ TENGARRINHA, op. cit, p. 60.
- ⁶ Idem, p. 61
- ⁷ Idem, p. 62.
- ⁸ Impressas relativamente com mais freqüência que os pasquins e as folhas volantes, as folhas panfletárias eram textos mais longos que estas e assumiam forma variada (romances, cartas, colóquios, etc), por vezes como um pequeno livro ou folheto, não periódico.
- ⁹ TENGARRINHA, op. cit, p.66.
- ¹⁰ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira. *História de Portugal: desde os tempos mais antigos até à presidência do Sr. General Eanes* : manual para uso de estudantes e outros curiosos de assuntos do passado pátrio. Lisboa: Palas, 1986, v. III, p. 3.
- ¹¹ TENGARRINHA, op. cit, p. 69.
- ¹² Idem, p. 70.
- ¹³ Apud, TENGARRINHA, p. 71.
- ¹⁴ Ocorrida no Porto em 24 de agosto de 1820, a Revolução alcançou em poucos dias a adesão de todo o norte e teve como resultado a formação da *Junta Provisória do Governo Supremo do Reino*, sob a presidência do brigadeiro-general Antônio da Silveira. (*História de Portugal: v. III, 5*).
- ¹⁵ MARQUES, op. cit, p. 6.
- ¹⁶ TENGARRINHA, op. cit, p. 138.
- ¹⁷ Idem, p. 141.
- ¹⁸ GARMES, Hélder. *A Convenção Formadora – uma contribuição para a história do periodismo literário nas colônias portuguesas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letra e Ciências Humanas (Tese de doutoramento), 1999, p. 9.
- ¹⁹ Idem, p. 9.
- ²⁰ RODRIGUES, Ernesto José. *Mágico folhetim: literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Notícias editorial, 1998, p. 94-96.
- ²¹ Segundo José Tengarrinha, até esta data não se podia assinalar o início do periodismo em Portugal em razão da ausência de duas condições essenciais: a periodicidade e a continuidade ou encadeamento. Condições estas que, aliadas à do objetivo eminentemente informativo, só se reúnem pela primeira vez na publicação das *Gazetas* citadas (Tengarrinha, 1989: 35).
- ²² GARMES, op. cit, p. 10.
- ²³ Apud. , SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 22.
- ²⁴ Idem, p.23.
- ²⁵ *Jornal Correio Brasiliense* (1808-1822), publicado em Londres, o qual, segundo entendemos – apesar de Nelson Werneck Sodré considerar discutível a inserção desse na imprensa

brasileira, pelo fato de o *Correio Brasiliense* não ter surgido e se mantido por forças de condições internas, mas de condições externas e, apesar de José Tengarrinha considerar o jornal do brasileiro Hipólito José da Costa como órgão da imprensa lusitana (Tengarrinha, 1989: 83-84) –, é o primeiro jornal brasileiro.

²⁶ TENGARRINHA, op. cit, p. 29.

²⁷ VIANNA, Hélio. *Contribuição a História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 19.

²⁸ Idem, p. 13.

²⁹ SODRÉ, op. cit, p. 35.

³⁰ Idem, p. 40.

³¹ Idem, p. 54.

³² Idem, p. 59.

³³ Idem, p. 61.

³⁴ Apud, SODRÉ, p. 66.

³⁵ Sodr , p. 69.

³⁶ VIANNA, op. cit, p. 505.

³⁷ SODR , op. cit, p. 74.

³⁸ Idem, p.134.

³⁹ Idem, p.136.

⁴⁰ *apud* Sodr , p.136.

⁴¹ SODR , p. 136-137.

⁴² Idem, p 138.

⁴³ Idem, 139.

⁴⁴ TENGARRINHA, op. cit, p. 48.

⁴⁵ Idem, p. 50.

⁴⁶ Idem, p. 50

⁴⁷ Idem, p. 51

⁴⁸ Idem, p, 51

⁴⁹ Idem, p. 51

⁵⁰ GARMES, op. cit, p. 10.

⁵¹ LOPES, Hélio. *A divisão das águas: contribui o ao estudo das revistas românticas*. São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1978, p. 9.

⁵² Idem, p. 9.

⁵³ SODRÉ, op. cit, p. 75.

⁵⁴ *apud* Vianna, 1945, p. 105.

⁵⁵ Vianna, p. 114

⁵⁶ LOPES, op. cit, p. 15.

-
- ⁵⁷ PASSOS, Gilberto Pinheiro. Presença Literária Francesa na Revista da Sociedade Filomática. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas (Dissertação de mestrado), 1983, p. 34.
- ⁵⁸ LOPES, op. cit, p. 18.
- ⁵⁹ Três anos depois da reunião, em Paris, do grupo que a redigiu (Manuel de Araújo Porto-Alegre, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales Torres-Homem).
- ⁶⁰ LOPES, op. cit, p. 22.
- ⁶¹ Idem, 22.
- ⁶² PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: EDUNESP, 1998, p. 17.
- ⁶³ De abril a dezembro de 1822, publica-se na Bahia o *Minerva Brasiliense*. apud LOPES, Hélio. *A Divisão das Águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*, 1978, p. 32.
- ⁶⁴ Lopes, op. cit, p.32.
- ⁶⁵ Idem, p. 45.
- ⁶⁶ Idem, p. 47.
- ⁶⁷ O nome desse poeta estampa-se até a edição do 5 número do primeiro tomo da revista. Cansado dos aborrecimentos que a *Guanabara* lhe havia trazido desde a edição do número de lançamento, Gonçalves Dias desvincula-se, oficialmente, da redação da revista a partir da edição do sexto número do tomo citado, impressa em novembro de 1850.
- ⁶⁸ *Guanabara*, Revista mensal artística, científica e literária, redigida por uma associação de literatos e dirigida por Manuel de Araújo Porto-Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarensis de L.A.F. de Menezes, 1854, Tomo II, p. 212.
- ⁶⁹ Idem, p. 212.
- ⁷⁰ LOPES, op. cit, p. 68
- ⁷¹ *Ilustração Brasileira*, Jornal literário, científico e ilustrado, redigido por uma associação de literatos. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Vianna Junior. Volume I, 1854, p. 88.